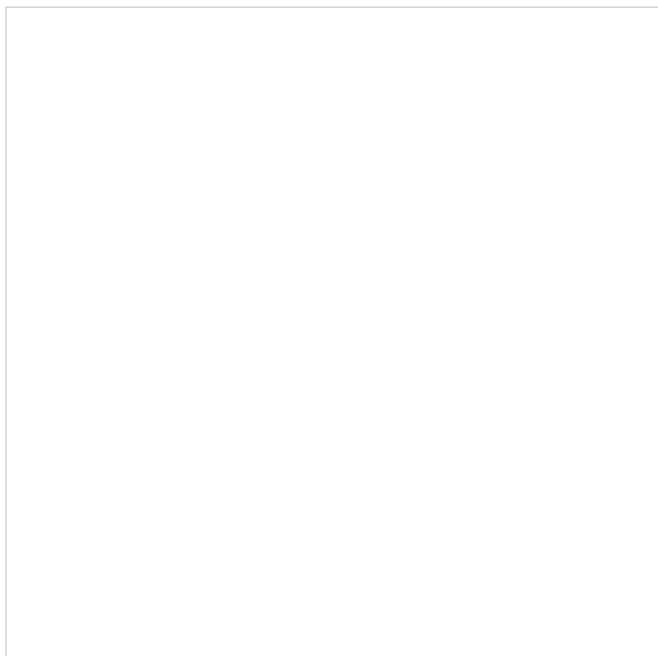


# Minas Gerais permanece na vice-presidência do Pacto Integrador de Segurança

Sex 13 abril

Minas Gerais segue na vice-presidência do Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual – uma rede formada por estados que buscam a prevenção e a repressão de crimes nas regiões de divisas. Em reconhecimento aos trabalhos desenvolvidos, o secretário de Estado de [Segurança Pública](#), Sérgio Barboza Menezes, foi reeleito para a função, juntamente com o secretário de Segurança Pública de São Paulo, Máximo Alves, que agora é o novo presidente.

“O Pacto de Segurança fomenta a integração que já desenvolvemos em Minas Gerais, fortalecendo os elos interestaduais. Estamos estruturando também Pactos regionais, que atuarão dentro de demandas específicas das regiões brasileiras”, destaca Menezes.



*O secretário de Estado de Segurança Pública, Sérgio Menezes,*

*foi reeleito para a função no Pacto (Crédito: Consesp)*

A votação aconteceu durante a 65ª reunião do Colégio de Secretários de Segurança Pública (Consesp), realizada entre os dias 9 e 12 de abril, em São Paulo. O recém-nomeado ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, e do secretário nacional de Segurança Pública, Carlos Alberto Cruz, também participaram do encontro.

O ministro disse que manterá interlocução permanente com o Consesp, em razão de sua importância.

## **Novas adesões**

O Pacto Integrador representa o maior colegiado de Segurança Pública voltado ao planejamento e à ação conjunta. Durante o encontro do Consesp, o número de estados membros foi ampliado de

17 para 20, após três adesões: Rio Grande do Sul, Paraíba e a nova presidência, São Paulo.

Minas Gerais, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Tocantins, já integravam o colegiado. Com os novos parceiros, o Pacto conta hoje com 80% das unidades da federação, que trabalham de forma integrada para enfrentar o crime organizado no país.

Por meio do Pacto, os estados compartilham informações de inteligência, que permitem a atuação cooperativa entre as forças policiais para além das fronteiras, de forma a combater o tráfico de drogas e de armas, o roubo de veículos e de cargas e os assaltos a instituições financeiras. Além disso, há uma agenda política que inclui sugestões para mudanças nas leis penais, em prol da redução da impunidade e da reestruturação do sistema penitenciário do país.

## **Susp**

Um dos principais temas levantados pelo Consesp foi o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), que teve o texto-base do projeto de lei aprovado pela Câmara dos deputados na quarta-feira (11/4). O projeto prevê a troca de informações e o trabalho conjunto das forças de segurança nas esferas federal, estadual e municipal.

O grupo discutiu e avaliou sugestões de emendas que pudessem fortalecer o Susp.